

**O PASSADO SERVINDO AOS ANSEIOS DO PRESENTE:
ORVILLE DERBY E A HISTORIOGRAFIA BANDEIRANTE¹**

DOI: 10.11606/issn.2318-8855.v1i1p53-72

Philippe Arthur dos Reis*

Palavras-chave: Historiografia, Bandeirismo, Intelectuais, Primeira República.

Resumo: O presente artigo tem como objetivo colocar em discussão os debates historiográficos em torno da apropriação da figura do bandeirante como mito e símbolo da história paulista nos primeiros anos do século XX, particularmente entre a intelectualidade ligada ao Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, com enfoque ao seu sócio fundador Orville Derby.

Fundado em fins do século XIX, o Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo teria exercido uma influência decisiva sobre a construção e legitimação do símbolo bandeirante, e sendo considerada uma instituição científica, partilhava da crença que as ciências poderiam ter um papel atuante no desenvolvimento de São Paulo e, logo, na almejada influência política e cultural do estado em meio à federação republicana. Esse papel é empiricamente verificável em suas publicações, particularmente na revista que começou a ser editada um ano após a fundação do Instituto, em 1895, como exemplo das disputas territoriais das divisas de São Paulo com estados limítrofes.

I) INTRODUÇÃO

A produção historiográfica voltada ao bandeirismo, particularmente a que aborda a construção da imagem da “epopeia bandeirante”, tem se desenvolvido ativamente. Trata-se de um tema bastante estudado e abordado de diversas formas, dentre as quais podemos destacar a sua apropriação e utilização no discurso político com fins ideológicos, a afirmação da pujança econômica ou a visão

¹ Com base no trabalho de iniciação científica “Orville Derby na Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo e a construção da imagem do bandeirante”, financiado durante o ano de 2012 pela Fapesp, e orientado pelo Prof. Dr. Jaime Rodrigues.

* Graduado em História pela Universidade Federal de São Paulo.

do bandeirante como fundador da uma “raça” com fortes traços identitários atribuídos como legado aos paulistas que viveram os séculos posteriores, ainda que estes fossem diversos em termos demográficos, culturais e de procedência. Jacques Le Goff pontua que “a memória coletiva sofreu grandes transformações com a constituição das ciências sociais e desempenha um papel importante na interdisciplinaridade que tende a instalar-se sobre elas” (LE GOFF, 2003, p. 466). Trazendo esta afirmação para o tema aqui desenvolvido, entendemos a figura do bandeirante como um dos símbolos máximos da memória histórica paulista, que se transforma e constrói diferentes sentidos ao longo do tempo.

Desta forma, podemos elencar o bandeirismo como um dos símbolos da memória social paulista(na), constante nos debates no decorrer do tempo, passível de mudanças e de diversas interpretações. A historiografia que trata da construção da imagem do bandeirante ampliou-se a partir do final da década de 1980, compondo um amplo debate intelectual sobre como era o bandeirante, sua influência no meio político, econômico e social durante o período de colonização portuguesa, bem como a forma pela qual ele fora caracterizado ao longo do tempo por diversos historiadores.

Como já foi dito por Danilo Ferreti, “nos últimos anos os estudos de história da historiografia vem assumindo um destaque inédito, apontando para a existência de um acalorado debate a respeito das posturas e formas de sua elaboração” (FERRETI, 2004, p. 08). Assim, a história da historiografia sobre o bandeirismo, principalmente aquela produzida entre finais do século XIX e a primeira metade do XX, vem ganhando força no debate intelectual, que busca problematizar tanto a construção do símbolo social, como a ação do bandeirante no período colonial.

II) INTELECTUAIS E HISTORIOGRAFIA NO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE SÃO PAULO

Desde a segunda metade do século XIX, entre os temas privilegiados da historiografia estavam aqueles voltados à formação e constituição do Estado nacional, escritos principalmente no interior do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, instituição fundada em 1838 e que auxiliava na legitimação do poder

imperial por meio da História ali escrita. Lilia Moritz Schwarcz observou que, a partir de 1870, houve o “fortalecimento e amadurecimento de alguns centros de ensino e pesquisa nacionais – museus etnográficos, as faculdades de direito, medicina, e os institutos históricos e geográficos” (SCHWARCZ, 1993, p. 14), sendo estas últimas, as instituições responsáveis pela escrita e guarda da documentação “oficial” da história do país ou de cada unidade político-administrativa. Com isso, ficava evidente o empenho cientificista da época em classificar e inserir o país numa era de progresso.

Sobre o papel dos institutos históricos e geográficos como centros irradiadores da escrita e difusão da História, Schwarcz acredita que ali foram produzidas falas marcadamente regionais, apesar da pretensão totalizante, e que essas instituições eram entendidas como espaços de produção de um saber histórico característico do século XIX (SCHWARCZ, 1993, p. 99-100). Três exemplos de instituições congêneres foram privilegiados em sua análise: o *Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro* (IHGB), o *Instituto Archeologico e Geographico Pernambucano* (IAGP), e o *Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo* (IHGSP), fundados em diferentes momentos do século XIX.

O IHGSP insere-se nessa perspectiva de análise historiográfica como uma instituição em favor da ciência. Fundado em 1894, ligava-se aos interesses de uma elite política que buscava, pela eleição de um símbolo, realçar sua afirmação econômica e política frente às demais unidades da federação, pois o estado de São Paulo “já era o mais dinâmico do país, possuindo uma situação econômica privilegiada, e por contar com um nível de integração interna garantida pela extensa rede ferroviária” (SCHWARCZ, 1993, p. 126). O símbolo foi encontrado na figura do bandeirante, entendido como elo entre a pujança econômica vivida pelo estado nos primeiros anos da República e o elogio das conquistas que os sertanistas teriam realizado no período colonial, com vistas à expansão do território brasileiro.

Pioneira no debate crítico sobre a construção do símbolo bandeirante, Kátia Abud analisa o papel dos intelectuais na formação desse mito. Em sua tese de doutorado, ela afirma que o processo de construção bandeirista se iniciou ainda no

período colonial, com trabalhos como os de Frei Gaspar da Madre de Deus, *Memórias para a história da capitania de São Vicente*, e de Pedro Taques de Almeida Paes Leme, *Nobiliarquia Paulistana Histórica e Genealógica* (ABUD, 1986, p. 04). A autora busca questionar as próprias condições que levaram à criação do símbolo “enquanto forma de conhecimento e à sua utilização (...), na medida em que se considera que tal necessidade é fruto da própria dinâmica social” (ABUD, 1986, p. 06), principalmente a partir do início do século XX.

Antônio Celso Ferreira deteve-se no papel desempenhado pelo IHGSP no processo de construção da imagem do bandeirante e seu vínculo com a construção do estado de São Paulo. Segundo o autor, o instituto histórico de São Paulo estava atento aos sinais de modernidade apresentados pela sociedade, principalmente a paulista, no início do século XX. Porém, era no passado que o Instituto buscava legitimar seus interesses e, assim, sendo considerada uma instituição científica, partilhava da crença positivista de que as ciências poderiam auxiliar no desenvolvimento de São Paulo (FERREIRA, 2002, p. 97), também em termos políticos e culturais. Do bandeirismo pinçavam-se os temas políticos, como os desbravamentos e as conquistas levados a cabo pelos sertanistas paulistas no interior do território “brasileiro” entre os séculos XVI e XVIII. Tais feitos “dialogavam” com o surto de desenvolvimento pelo qual o estado e sua capital passavam desde o fim do século XIX e notadamente no início do XX. Nas palavras do historiador Joseph Love, tais historiadores “lançaram as bases do mito da gana quase que faustiana dos bandeirantes por aventura e oportunidades (...), associando a atual grandeza de São Paulo, a seu antigo passado” (LOVE, 1982, p. 21).

Ferreira afirma que os textos dos autores ligados ao instituto paulista, “além de significarem a busca da superioridade intelectual e científica, (...) vinham à tona acompanhando a luta em torno de interesses econômicos e projetos políticos divergentes ou mesmo de cargos no aparelho do Estado” (FERREIRA, 2002, p. 109). Isso chama a atenção para o interesse da intelectualidade paulista, quase sempre ligada a grupos com atuação político-partidária, quanto aos projetos unificadores da jovem República brasileira. Muitos intelectuais paulistas, com produções diversas

acerca da imagem do bandeirante, estavam ligados ao IHGSP, que congregava como sócios não somente historiadores, mas toda uma comunidade científica que buscava traçar aspectos históricos convergentes no estado de São Paulo. Assim, a História teria um papel muito importante nessa instituição.

Logo após sua fundação, o IHGSP lançou, em 1895, o primeiro volume de sua *Revista*, na qual abordaria, ao longo de diversos números, vários temas acerca do caráter da sociedade brasileira. Todavia, o foco principal seria a especificidade paulista, aqui construída sob o viés da “história oficial” elaborada principalmente pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, assumindo o que Ferreira caracterizou como uma “feição aberta de desafio”. Os historiadores locais não ocultariam o propósito de abalar os alicerces da história nacional, até então construída pelo IHGB, ambicionando reescrevê-la de ponta a ponta. Isso fica evidenciado desde o primeiro volume da *RIHGSP*, onde foi publicado o texto dedicado “Ao leitor”, no qual os editores escreveram: “A história de São Paulo é a própria história do Brasil” (*RIHGSP*, 1895, p. 08). Explicitando em nota editorial sua postura, os membros do IHGSP deixavam claro, assim, que a própria história nacional estaria articulada com a história de São Paulo construída a partir do IHGSP.

O IHGB, criado no período monárquico, teria de se adaptar ao novo regime; o instituto paulista publicaria sua *Revista* apoiando a República, sendo que o maior desafio de seus historiadores, segundo Ângela de Castro Gomes, seria o de “tornar palatável uma articulação entre Colônia, Império e República, sem obscurecer a tradição dos primeiros, mas sem ferir o desejo de legitimidade da segunda” (GOMES, 2009, p. 29).

De um total de 532 textos publicados entre os anos de 1895 e 1940 na *RIHGSP*, Ferreira contabiliza 352 voltados ao estudo da História, versando sobre personagens ou contextos sociopolíticos, levantamentos documentais, cronologias e estudos historiográficos (FERREIRA, 2002, p. 117-118). O autor observa ainda que, nessas publicações, 9,3% dos trabalhos giraram em torno do povoamento de São Paulo e da expansão bandeirante, demonstrando o peso que a historiografia possuía no Instituto e entre seus sócios. O bandeirante tornou-se um personagem relevante

nos estudos, um símbolo gerado para uma identidade própria do estado, mas que também convergia com os interesses políticos de uma elite que pretendia se afirmar em âmbito nacional.

Porém, não eram somente estudos de caráter histórico que preenchiam as páginas da *RIHGSP*. Ferreira mostra que estudos de Geografia, Etnografia, Folclore, Genealogia, Literatura, Arqueologia, Linguística e Etnologia, dentre outros campos, se fizeram presentes nos conteúdos e colaboravam no processo de legitimação de São Paulo frente aos demais estados brasileiros. Marcava-se, assim, o caráter cientificista que a instituição pregava, no qual “o estudo do povoamento da capital paulista se volta para compreender a colonização brasileira, daí os levantamentos geohistóricos sobre as primeiras capitanias da região e o estudo dos roteiros bandeirantes” (FERREIRA, 1999, p. 101).

Buscando interpretar “como as elites paulistas, principalmente as republicanas, interpretaram de forma original o passado colonial paulista” (FERRETI, 2004, p. 04), Danilo Ferreti aponta a originalidade de estudos que poderiam afirmar uma legitimação da paulistanidade entre a segunda metade do século XIX e os anos 1930, que marcariam a constituição de um regionalismo fortemente arraigado no discurso político e historiográfico da época, principalmente em torno da figura do bandeirante.

Tal discurso seria colocado em discussão nas páginas da *RIHGSP*, pois ali encontrava abrigo para a legitimação de ideias e amparo político para a justificação de práticas que pudessem ser colocadas efetivadas. O *IHGSP* era uma instituição que se norteava por objetivos científicos; como em outras instituições, ali se partilhava a crença de que as ciências poderiam auxiliar no desenvolvimento tecnológico. Como sinais desse processo, podemos citar a própria criação da *Repartição de Estatística* e do *Archivo do Estado* em 1892 e a criação do *Museu Paulista* três anos depois, instituições que buscavam o desenvolvimento local e a legitimação dos interesses de uma elite política e econômica que pretendia firmar-se no poder, tendo em vista a mudança de regime no fim do século XIX.

Outra instituição que teria uma grande influência e seria pioneira nos estudos sobre os recursos naturais de São Paulo foi a *Comissão Geográfica e Geológica* (CGG), criada pelo poder público em 1886, atendendo aos interesses da elite cafeeira e estendendo seus trabalhos ao longo de mais de quatro décadas,

mais precisamente entre os anos de 1886 a 1931, elaborando uma série de cartas cartográficas, relatórios geológicos e artigos científicos, que contribuíram para a compreensão do território paulista mediante os paradigmas e as metodologias científicas do período (MAHL, 2006, s/nº p.).

Sendo a CGG uma das instituições fundadas para legitimar e inserir o Estado na “era de progresso”, é de se levar em conta que do seu interior emergiram

os principais historiadores dos dez primeiros anos de atividade do IHGSP: Orville Derby e Teodoro Sampaio. Além de terem sido, respectivamente, o diretor e o primeiro ajudante da CGGSP, ambos também se destacaram como os expoentes da historiografia sobre as bandeiras produzida no IHGSP, revelando a relação direta entre a prática concreta de cunho territorialista dos autores e as representações simbólicas que elaboraram – sob um viés também territorialista – do passado regional paulista (FERRETI, 2004, p. 236).

III) ORVILLE DERBY, O YANKEE PAULISTA

O heroísmo e os grandes feitos do símbolo bandeirante foram explorados e mistificados por intelectuais, letrados e cientistas congregados principalmente no IHGSP, em favor de uma identidade que se queria construir em São Paulo na virada dos séculos XIX para o XX. Figuras como Theodoro Sampaio, Augusto de Siqueira Cardoso, Gentil de Assis Moura, Benedito Calixto e Basílio Magalhães foram alguns dos participantes ativos do debate sobre o bandeirante e que publicaram vários artigos na *RIHGSP*, compondo, assim, uma rede intelectual entre os membros da instituição.

Orville Derby, junto com toda uma geração de intelectuais do período, marcaria a historiografia paulista e nacional com seus estudos pautados numa constante busca de evidências e tratamento documental, sendo amparado por instituições que pudessem dar respaldo à escrita produzida na época, como o próprio IHGSP, o IHGB, o Arquivo do Estado de São Paulo e o Museu Paulista. Com publicações voltadas ao conhecimento geo-histórico, as mesmas serviam de apoio para as pretensões de São Paulo frente às demais unidades da federação brasileira,

para legitimar o governo republicano e fazer críticas à monarquia (FERREIRA, 2006, p. 135), uma prática comum á todos àqueles que estavam ligados à dinâmica política do início do século XX. Tais publicações ligavam o passado e o presente, trazendo uma continuidade da elite que permanecia no poder em um “período de aventuras e um espírito coletivo intrépido, considerando-se os bandeirantes como artífices do progresso regional, que continuava na cafeicultura, nas locomotivas, na metropolização da capital e nas indústrias” (FERREIRA, 2006, p. 133).

Nascido em 1851, na cidade de Kellogsville, nos Estados Unidos, Orville Adelbert Derby bacharelou-se em História Natural pela Universidade de Cornell em 1869, tendo grande interesse pelos estudos paleontológicos. Vindo ao Brasil no ano de 1870 como auxiliar do professor Charles Frederick Hartt para participar da *Expedição Morgan*, que pretendia estudar o litoral nordeste brasileiro, estendendo-se até os baixos cursos dos rios Tocantins, Tapajós e Xingu, no atual estado do Pará, Derby voltou aos Estados Unidos em 1872 e regressaria ao país sul americano dois anos depois, a convite do governo imperial. Participou ainda da fundação da *Comissão Geológica do Brasil* e, a partir daí, várias foram as suas atuações nos campos geológico e geográfico no país, notabilizando-se como presidente da Comissão Geográfica e Geológica de São Paulo².

Como presidente da CGGSP, e em favor do conhecimento e mapeamento da Província de São Paulo, os estudos de Derby se espelhariam no modelo dos *geological surveys* implantados nos Estados Unidos após a Guerra de Secessão, o que tornou mais velozes os levantamentos de terras para a ocupação do oeste, causando grandes problemas de partilha e disputas territoriais (FIGUEIRÔA, 1987, p. 57) – uma das inspirações para que houvesse a adoção do mesmo método na província de São Paulo.

Além de sua presença no IHGSP, o autor também atuou em diversas outras instituições: foi sócio do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, militou no Serviço Geológico e Mineralógico do Brasil e participou na transferência do acervo

² Para a biografia de Orville Derby, foram consultados: FIGUEIRÔA, Silvia Fernanda de Mendonça. *Modernos Bandeirantes: A Comissão geográfica e Geológica de São Paulo e a exploração científica do território paulista (1886-1931)*. São Paulo: FFLCH/USP (Tese de mestrado), 1987.; FERRETI, *op. cit.*

de mineralogia deste último para o Museu Nacional do Rio de Janeiro, transformando-se no diretor desta última instituição (FERRETI, 2004, p. 236), sendo que seus onze anos à testa dela foram marcados pelo trabalho em diversas áreas de Geologia, Paleontologia e Petrologia, além de ter a qualidade de sua obra reconhecida pela Geological Society of London em 1892, ao obter o prêmio “Wallaston Donation Fund”, concedido também a outros cientistas de sua época, como Louis Agassiz e Charles Darwin (MARTINS, 1951, p. 33-41).

Sua atuação como historiador também pode ser verificada em questões políticas e territoriais, na defesa dos paulistas em relação à disputa pelo território fronteiriço com Minas Gerais, questão em torno da qual viria a surgir o tomo XI da coleção *Documentos Interessantes para a História e Costumes de São Paulo* (FIGUEIRÔA, 1992, p. 42).

De sua lavra, deixou 175 obras, entre artigos, livros e estudos concentrados principalmente em Geologia, Geografia, Cartografia, Paleontologia, Mineralogia e História. Com base nesse quadro, Silvia Figueirôa afirma que “Derby se destacava pela quantidade e pela qualidade das publicações” (FIGUEIRÔA, 1992, p. 42), mantendo também dificuldades em torno do seu mundo profissional, a exemplo de disputas científicas travadas com a Escola Politécnica de São Paulo (MAHL, 2012, p. 298). Ainda nesta cidade, Derby foi um dos fundadores do IHGSP em 1894, tendo publicado na *Revista* vários artigos e trabalhos sobre a Geografia, Cartografia e História de São Paulo e do Brasil. Sua produção historiográfica concentrou-se nas rotas bandeirantes e nos litígios demarcatórios entre os estados de São Paulo e Minas Gerais, o que podemos verificar pelos títulos selecionados a partir da pesquisa na *RIHGSP*, mantendo uma vida intelectual bastante diversificada (MAHL, 2010, s/nº p.). A obra historiográfica de Derby foi reconhecida por Afonso Taunay que, em suas publicações na mesma *Revista*, afirma que “são artigos reveladores da maestria por ele adquirida ao tratar das velhas épocas paulistas, sendo alguns, as primeiras análises dos itinerários bandeirantes jamais referidas, assuntos comentados com a maior probabilidade e lucidez” (TAUNAY, 1951, p. 54), e que

seriam tidas como referências para este mesmo historiador em sua *História Geral das Bandeiras Paulistas*.

Ferreira afirma que a ampliação dos espaços institucionais em São Paulo

vinham contribuindo para a divulgação dos conhecimentos científicos e das ideias modernizadoras, a exemplo da Comissão Geográfica e Geológica, criada em 1886 e presidida por Orville A. Derby – um dos sócios fundadores do IHGSP. (...) Encarregada do mapeamento do Estado para facilitar e racionalizar a ocupação de suas terras, ela proporcionaria à elite intelectual paulista o contato com engenheiros, geólogos e geógrafos – do porte de Teodoro Sampaio, além do próprio Derby –, que se tornariam expoentes dessas áreas em São Paulo (FERREIRA, 2002, p. 96.).

Derby fazia parte de uma geração intelectual que buscava introduzir uma nova configuração nas ciências nacionais, desde aquelas voltadas a um campo mais tecnicista ou mesmo às voltadas ao campo empírico, e seus artigos indicam o quanto seu discurso é revelador desta mudança em torno de sua atuação no processo de construção da identidade regional paulista, realizada por meio de intercâmbios intelectuais.

IV) O MUNDO SÓCIO-PROFISSIONAL NA OBRA DE DERBY

Talvez devido à sua formação e atuação no meio geográfico, Orville Derby mais de uma vez se referiu, em seus escritos, às localidades de seu presente, fossem montanhas e rios, fossem vilas e fazendas e seus moradores. Essas referências em seus estudos históricos podem ser compreendidas como parte da maneira pela qual ele aplicava e/ou entendia a História em seu presente, em favor do conhecimento dos próprios territórios em disputa pelos estados de São Paulo e Minas Gerais.

Para o caso da província de São Paulo, Derby buscava, por meio da História, legitimar interesses da ocupação no período em que escreveu, como a expansão das lavouras cafeeiras.

Os rios possuem uma grande importância nas descrições de Derby. Considerando o roteiro proposto pelo jesuíta André João Antonil, em sua célebre obra *Cultura e Opulência do Brasil por suas Drogas e Minas*, Derby considera que os córregos “Passa Vinte” e “Passa Trinta”, certamente localizavam-se onde em seu tempo passavam a estrada de Ferro “Minas e Rio” (DERBY, 2: 1898, p.204).

Considerando o *Mapa Geográfico* (de Diogo Soares, 1737?), Derby argumenta que, por ele não apresentar o nome das regiões nem dos rios cortados pela estrada que ligava o Rio Grande do Sul a São Paulo, certamente o afluente do (rio) Iguassu, denominado Itupeva, e que parecia ser o que desaguava perto do Porto da União, era naquela altura denominado Rio Canoinhas (DERBY, 3: 1898, 176). O autor faz uso de locais conhecidos para exemplificar os trechos de paradas do roteiro dos bandeirantes em direção ao norte de Minas, como o caso da estrada de Ferro Oeste de Minas e a estação Aureliano Mourão, próximo à Ibituruna (DERBY, 1900, 340).

A permanência de nomes também está presente em sua obra. Quando exemplifica os pousos na estrada entre São Paulo e o Rio Grande do Sul no século XVIII, uma dessas paragens é a *fazenda da Escaramussa* e a outra *Pescaria*, esta com o nome que “ainda se conserva numa fazenda próxima à margem direita do [rio] Paranapanema” (DERBY, 3:1898, 184). O mesmo caso pode ser visto mais à frente, após os viajantes passarem pela fazenda de *Tucunduva*, quando Derby ressalta que “pertence hoje à Companhia Frigorífica” (DERBY, 1898, 186).

A toponímia também está presente em sua obra, decorrente de sua formação como geólogo. Quase sempre, Derby utiliza nomes de acidentes geográficos para se referir às localidades, como a Serra de Guarimumi ou Marumiminis, a qual considera ser “atualmente conhecida pelo nome de Itapety, perto de Mogi das Cruzes, sendo possível que estes nomes antigos ainda sejam conservados no uso local” (Idem, “O roteiro...”, *op. cit.*, p. 338).

Todos os artigos escritos por Orville Derby na RIHGSP se referem a temas de caráter histórico, sempre com o apoio da Geografia e áreas afins para afirmar suas posições e conclusões frente ao que buscava debater ou construir. Os artigos expressam conhecimento geográfico, tanto por sua formação intelectual como pela experiência na direção da Comissão Geográfica e Geológica de São Paulo entre 1886 e 1905 (FIGUEIRÔA, 2011, p. 7).

Em muitos de seus artigos há termos que buscam fazer associações com a territorialidade e a Geologia, termos estes inusuais para alguém desprovido de uma experiência como a de Derby. Exemplo claro está no artigo “A denominação ‘Serra

da Mantiqueira”, no qual ele pontua que o nome “serra” é um conjunto de montanhas constituindo um maciço composto de diversos picos, como a Serra dos Órgãos (DERBY. 1913, p. 7).

Sobre o planalto montanhoso do Vale do Paraíba, o autor afirma que as feições topográficas só podem ser convenientemente classificadas depois do levantamento topográfico detalhado e do estudo geológico de toda região. Devido aos limitados conhecimentos acerca da região, havia uma impossibilidade na distinção dos sistemas montanhosos, principalmente em torno da Serra da Mantiqueira. Para Derby, as divergências dos limites na Serra da Mantiqueira e as dúvidas sobre a questão de divisas “nasceram de diferenças de nomenclatura, e podem ser resolvidas por um apelo franco e leal ao conhecimento topográfico do terreno” (Idem, p. 15), o que demonstra sua preocupação em conhecer o território (e não só o passado histórico) na sua totalidade para dirimir as questões de seu presente. História e Geografia teriam de auxiliar uma à outra, tal como advogava a teoria do conhecimento vigente em sua época e para o que também concorria a formação sócio-profissional do autor.

Os conjuntos de serras que separam os Estados de São Paulo e Minas Gerais seriam um dos temas recorrentes nos artigos de Derby. Outro ponto focado por ele é a grande discussão em torno da Serra de Mogi Guaçu, que não possuía uma designação popular, e nem outra qualquer aceita pelos geógrafos. Quando se encontravam nomes nos mapas, é “evidente que se figure por motivos políticos e não geográficos” (Idem, p. 17), existindo, assim, um inconformismo em aceitar o nome devido aos conflitos existentes entre os dois estados na fixação das divisas.

Derby vê a si mesmo como partícipe do debate sobre as questões dos limites entre São Paulo e Minas Gerais, considerando que este é um tema de interesse histórico sobre as origens do conflito (DERBY, 1901, 196), interesse este destinado a legitimar posições e resolver os conflitos entre os dois estados em litígio. Ele revela que, por serem imperfeitos os conhecimentos acerca da Serra da Mantiqueira, haveriam incertezas a respeito da divisão política por ela traçada (DERBY, 1913, p. 13).

O conhecimento exato dos locais onde aconteceram os feitos é uma das preocupações centrais de Derby. Desta forma, sua atuação em favor do conhecimento do território não se dava somente em favor da exploração do solo, mas seria combinada ao conhecimento histórico das regiões. Assim, a própria Comissão Geográfica e Geológica de São Paulo, por meio da visita de seus ajudantes às localidades pesquisadas, teriam não somente de pesquisar as regiões por meio do conhecimento empírico, mas também por meio de documentação. Estes ajudantes realizaram o levantamento da planta do Vale do Rio Parateí, nas proximidades do Rio Paraíba, tendo em conta os questionamentos de existirem “campos notáveis” feitos por bandeirantes no passado, e chegaram à conclusão de que estes não existiam. Logo, Derby procurou “corrigir” as informações do roteiro, buscando inserir as viagens que a bandeira fez por meio dos nomes das localidades, pois existia uma confusão quanto ao roteiro e às informações até então conhecidas sobre o desbravamento feito pelos paulistas.

Derby atendia aos anseios do próprio IHGSP, pois seu currículo era vasto e seu conhecimento sobre diferentes áreas lhe proporcionava uma passagem segura pelos diferentes debates acerca da História naquele momento. Quando ele inseria conhecimentos geográficos e geológicos em seus artigos, e pelo apoio de intelectuais de áreas congêneres, Derby obteve legitimidade e segurança para aquilo que escrevia, até porque a História era uma ciência que buscava se afirmar frente às demais e o uso do conhecimento do passado entendido como um dos condutores para o entendimento do presente (exemplificado na fixação dos limites entre as unidades da federação) não estavam totalmente definidos.

V) O PASSADO SERVINDO AOS ANSEIOS DO PRESENTE

Como diretor da Comissão Geográfica e Geológica de São Paulo, além de ter entre suas principais atribuições mapear e conhecer o território paulista, Derby enfrentaria os confrontos em relação às divisas entre o território paulista e os estados limítrofes, principalmente Minas Gerais. Em seus escritos, ele não nega a excelência e a qualidade das publicações da Comissão Geográfica e Geológica

mineira. O que inicialmente podia parecer uma discordância na realidade era um elogio sobre um “excelente mapa que acompanha o trabalho do falecido Dr. Augusto de Abreu Lacerda”, contido no *Boletim* nº 3 da Comissão Geográfica e Geológica de Minas Gerais, evidenciando, assim, a existência de um sinal corporativo apesar das divergências de interesses entre os estados aos quais os dois intelectuais estavam vinculados. Essa carta contém os trechos dos caminhos percorridos por sertanistas no passado e que não vinham representados na maioria das séries cartográficas.

Eram do conhecimento de Derby as publicações e atividades ocorridas nos demais estados, principalmente no que concernia ao próprio conhecimento dos territórios. Sua busca incessante por informações pode ser vista em seus escritos, onde não refuta nem deixa de elogiar a obra de autor que publicava seu trabalho na Comissão aparentemente oposta nos objetivos, o que se mostra como uma forma de apreciar e colocar em debate a qualidade das publicações de sua área de atuação. Possuía um conhecimento grande acerca da territorialidade brasileira e, principalmente, das regiões em que suas atividades profissionais foram mais intensas, tais como em São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais. Verifica-se, assim, um constante uso de referências geográficas contemporâneas para assim justificar questões de seu presente por meio de argumentações centradas no passado.

Em muitos de seus artigos, Derby retoma os temas referentes à questão de limites entre os estados brasileiros, particularmente entre São Paulo e Minas Gerais. Cada artigo que ele publicava fazia referência a outro, publicado anteriormente, estabelecendo paralelos entre o tema da questão dos limites. Esta retomada dos artigos anteriores pode ser entendida como um modo de favorecer a melhor compreensão do leitor que acompanhava a publicação dos seus artigos na *RIHGSP*.

Sua atuação historiográfica em torno das questões de limites entre os estados de São Paulo e Minas Gerais se deu constantemente ao longo dos artigos da *RIHGSP*. Neles, houve a constante retomada daqueles já editados para referendar novas publicações. Essa retomada mostra a inserção de Orville Derby no mundo historiográfico, como um autor que pesquisa, publica e conhece as discussões

acerca dos limites entre os territórios disputados por paulistas e por mineiros. Seus artigos não revelam simples escritos feitos por um cientista renomado ou como presidente da Comissão Geográfica e Geológica de São Paulo. Sua atuação se dava principalmente como intelectual que participa ativamente de discussões da época, mostrando-se aos leitores como um pesquisador contumaz e incansável na busca de novas provas documentais para corroborar seus argumentos.

Derby destacar-se-ia também na questão de divisas entre os estados de São Paulo e Paraná, invocando o direito paulista sobre determinadas localidades limítrofes, buscando justificativas em documentos do século XIX (DERBY, 1902, p. 17-26), ou mesmo nos limites da região Norte do Brasil com a Guiana Inglesa. Os limites do estado brasileiro com outros países da América do Sul ainda não haviam sido definidos e, logo, viriam discussões sobre os “limites oficiais”. Derby, como um dos representantes do país, posicionou-se por meio da exemplificação de mapas e documentos históricos que comprovavam “as vantagens favoráveis ao país” (DERBY, 1903, p. 472), tendo sido a questão dos limites com a Guiana mediada pelo rei italiano Victor Emanuel. Sua conferência pronunciada no IHGSP fora publicada nas páginas da *Revista*, sendo que no mesmo volume, verificamos a resposta do “Sr. A., da *Gazeta de Notícias*”, posicionando-se contra os argumentos defendidos por Derby, que seria descrito como uma pessoa que “não conhece a questão de que se ocupou” (A., 1903, 489).

VI) CONCLUSÃO

Visto que a questão dos limites entre São Paulo e Minas Gerais foi um debate privilegiado por Orville Derby em seus artigos da *RIHGSP*, há de se considerar que eles não eram escritos por mero acaso. Mas também é preciso levar em conta a situação que tais regiões passavam na passagem do século XIX para o XX.

Derby pode ser entendido como um interlocutor das causas paulistas. Trabalhando e inserido no meio intelectual, firmaria suas ideias e proposições em favor de São Paulo, a quem prestava serviços como presidente da Comissão Geográfica e Geológica. O autor também pode ser considerado como um partícipe

do debate, por ter em sua produção bibliográfica um livreto dedicado ao tema (DERBY, 1920, s/nº p.), e um dos volumes editados pelo Arquivo do Estado de São Paulo na série *Documentos Interessantes para a História e Costumes de São Paulo*. Tal coleção procurava disponibilizar informações aos pesquisadores da história do estado, a pretexto de “serem publicados os documentos mais antigos existentes no acervo da Repartição de Estatística e Arquivo” a serviço da intelectualidade paulista (MENDES, 2010, p. 04).

Derby organizou o maior volume da série e foi merecedor de várias referências em artigos da *RIHGSP*. Segundo Mendes,

O volume XI demonstrou ser um dos mais importantes da série, com suas ‘Divisas entre São Paulo e Minas Gerais’, especialmente quando levado em conta o grande número de reedições. Publicado inicialmente em 1896, foi idealizado como forma de subsidiar os debates sobre as divisas entre as duas unidades da federação. Coube a Orville Derby, membro da *Comissão geográfica e Geológica de São Paulo*, elencar os documentos referentes à questão de limites, servindo para reconstruir a história de diferentes localidades, bem como o ‘desenvolvimento geográfico de uma parte do território nacional’. A coletânea foi feita junto ao acervo da *Repartição*, mas contou com cópias fornecidas pela Biblioteca Nacional, Instituto Histórico, Arquivo Público, Arquivo Militar e Arquivo do Congresso Federal do Rio de Janeiro (MENDES, 2010, p. 05).

Ao que parece, a edição desse volume fora sua obra máxima enquanto historiador, juntamente com seus artigos na *RIHGSP*. Seu trabalho enquanto intelectual pode ser visto pela qualidade com que ele mesmo e outros autores referiam-se ao volume XI.

No artigo “A primeira fase da questão de limites entre São Paulo e Minas Gerais no século XVIII”, Derby diz que o volume organizado por ele para a série estava incompleto, devido à falta de documentos sobre o começo do conflito entre São Paulo e Minas Gerais anteriores a 1748 (DERBY, 1901, 198). Em vários outros artigos ele fez referências à publicação de documentos inéditos sobre a temática.

O mesmo se aplica ao artigo “Um documento antigo relativo à questão de limites entre São Paulo e Minas Gerais”. Nele, Derby refere-se a um documento sobre a questão de limites publicado no *Correio Paulistano* de 26 de julho de 1898, de autoria do correspondente em Lisboa, José Custódio de Alves Lima. Derby acreditava que, mesmo não figurando na “coleção recentemente publicada pelo

Arquivo do Estado [...], parece merecer reprodução e discussão na Revista do Instituto Histórico” (DERBY, 1898, 245). Conseguir reunir o maior número de documentos que discutissem a questão de limites entre São Paulo e Minas Gerais, sobretudo no século XVIII, foi sua preocupação constante. Quando um documento inédito aparecia ou quando havia a discussão de uma fonte sobre o assunto, Derby prontamente saberia tomar partido no debate. Sua referência a documentos publicados no volume que organizou pode ser verificada em diversos de seus artigos, como em “Um documento antigo relativo a questão de limites entre São Paulo e Minas Gerais”³, “Documentos relativos a questão de limites entre São Paulo e Minas Geraes”⁴, “São Paulo e Minas: Antigas Divisas”⁵, “Autoridades coloniais na raia de São Paulo e Minas Gerais durante o século XVIII”⁶, “A primeira fase da questão de limites entre São Paulo e Minas Gerais”⁷.

O volume em questão, além de proporcionar um lugar de refúgio para Derby em questões de caráter histórico, lhe trazia uma forma de poder debater um assunto tão acalorado como os limites entre São Paulo e Minas Gerais. Cada vez que se publicava um documento inédito ou que ele próprio não teria encontrado ao compor o volume dos *Documentos Interessantes*, prontamente ele se volta ao referido volume para dar andamento à discussão desse novo documento, apresentando-se como um historiador atualizado diante das novas fontes documentais.

Derby coloca-se como representante favorável aos interesses do estado de São Paulo frente aos interesses mineiros, buscando legitimidade no passado. Várias são as discussões sobre a posse e legitimidade de regiões de Minas, como sobre os termos lavrados entre quatro povoações em uma carta de 1714: “o que interessa a São Paulo neste termo é a fixação do limite entre São João d’El-Rey e Guaratinguetá pela Serra da Mantiqueira (...) (DERBY, 1901, 199)”. Para Derby, o marco divisório entre as duas capitanias, implantado no Morro do Caxambu, fora destruído pela

³ No qual as referências à sua publicação aparecem nas páginas 245, 247, 264, 266 e 267.

⁴ No qual as referências à sua publicação aparecem nas páginas 277, 278 e 279.

⁵ No qual as referências à sua publicação aparecem nas páginas 453, 455, 456, 457, 459, e 465.

⁶ No qual as referências à sua publicação aparecem nas páginas 222, 223, 224, 226.

⁷ No qual as referências à sua publicação aparecem nas páginas 196, 199, 200, 201, 202, 203, 204.

Câmara Municipal de São João d'El-Rey, que mandou colocar outro no alto da Serra da Mantiqueira. Futuramente, esta remoção seria denunciada pelos paulistas.

A organização dos documentos relacionados ao tema não são imparciais, pelo que se pode deduzir a partir da seleção contida nas páginas da *RIHGSP*. Pode-se argumentar que esses documentos, aliados à busca da verdade histórica, eram o que havia de mais valioso para se justificar a volta de determinadas regiões mineiras para a jurisdição territorial paulista. A partir dos documentos apresentados nos artigos do volume 3 da *RIHGSP*, verifica-se a preocupação histórica em se manter a unidade do território paulista desde o período colonial pelo fato de existirem extravios da cobrança do quinto por parte dos mineiros. O objetivo era ampliar o território paulista no tempo presente (DERBY, 1898, 248).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- O laudo de Roma – A propósito da conferência do Dr. Orville Derby. *RIHGSP*: 8: 1903, p. 489.
- ABUD, Kátia Maria. *O sangue intemorato e as nobilíssimas tradições: a construção de um símbolo paulista: o bandeirante*. São Paulo: FFLCH/USP, 1986 (Tese de Dout.).
- _____. A ideia de São Paulo como fundador do Brasil. In: FERREIRA, Antônio Celso; LUCA, Tânia Regina de; IOKOI, Zilda Gricoli (orgs). *Encontros com a História: percursos históricos e historiográficos de São Paulo*. São Paulo: Ed. UNESP, 1999.
- DERBY, Orville. Um mapa antigo de partes das Capitâneas de S. Paulo, Minas Geraes e Rio de Janeiro. *RIHGSP*, 2: 1898.
- _____. A estrada de S. Paulo ao Rio Grande do Sul no século passado. *RIHGSP*, 3: 1898.
- _____. Um documento antigo relativo á questão de limites entre São Paulo e Minas Gerais. *RIHGSP*, 3: 1898.
- _____. O roteiro de uma das primeiras bandeiras paulistas. *RIHGSP*, 4: 1900.
- _____. A denominação “Serra da Mantiqueira”. In: *RIHGSP*, 1: 1913.
- _____. A primeira fase da questão de limites entre São Paulo e Minas Gerais no século XVIII. *RIHGSP*, 5: 1901.

- _____. Notas sobre a questão de limites entre os Estados de S. Paulo e Paraná. *RIHGSP*, 6: 1902.
- _____. Conferência do Dr. Orville Derby feita na sessão ordinária do dia 20 de junho de 1904. *RIHGSP*: 8: 1903
- _____. *Limites entre São Paulo e Minas Geraes*. 1893. Reeditado pela Comissão Geográfica e Geológica de São Paulo. São Paulo: Typographia Brazil – Rothschild & Cia, 1920.
- FERREIRA, Antônio Celso. “Vida (e morte?) da epopeia paulista”. In: FERREIRA, Antônio Celso; LUCA, Tânia Regina de; IOKOI, Zilda M. Gricoli (orgs.). *Encontros com a História: percursos históricos e historiográficos de São Paulo*. São Paulo: Ed. UNESP, 1999.
- _____. *A epopeia bandeirante: letrados, instituições, invenção histórica (1870-1940)*. São Paulo: Ed. UNESP, 2002.
- FERRETI, Danilo J. Zioni. *A construção da paulistanidade - Identidade, historiografia e política em São Paulo (1856-1930)*. São Paulo: FFLCH/USP, 2004 (Tese de Dout.).
- FIGUEIRÔA, Silvia Fernanda de Mendonça. *Modernos Bandeirantes: A Comissão geográfica e Geológica de São Paulo e a exploração científica do território paulista (1886-1931)*. São Paulo: FFLCH/USP (Tese de mestrado), 1987.
- _____. *Ciência na busca do 'Eldorado': a institucionalização das ciências geológicas no Brasil (1808-1907)*. São Paulo: FFLCH/USP, 1992 (Tese de Dout.).
- _____. *apud in COSTA, Luiz Augusto Maia. A cartografia elaborada pela Comissão Geográfica e Geológica de São Paulo no início do século XX: o componente norte americano do debate científico entre Orville Derby e os intelectuais paulistas de então. Anais do IV Simpósio Luso Brasileiro de cartografia Histórica*. Porto, 2011, p. 7.
- GOMES, Ângela de Castro. *A República, a história e o IHGB*. Belo Horizonte: Argumentum, 2009.
- LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2003.
- LOVE, Joseph L. *A locomotiva: São Paulo na federação brasileira (1889-1937)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- MAHL, Marcelo Lapuente. *Ecologias em terra paulista (1894-1950): As relações entre o homem e o meio ambiente durante a expansão agrícola do Estado de São Paulo*. Assis: Faculdade de Ciências e Letras da UNESP, 2006, s/nº p. (Tese Dout.)

- _____. Orville Adelbert Derby: ciência e vida intelectual em São Paulo (1886-1905). *Anais do XX Encontro Regional de História: História e Liberdade*. Franca: ANPUH/SP; 2010
- _____. Orville Adelbert Derby: Notas para o estudo de sua atuação científico-intelectual em São Paulo (1886-1905). *Revista de História*. São Paulo, número 167, 2012.
- MARTINS, Emmanuel A. Derby e o Museu Nacional. In: *Orville A. Derby 1851-1951: alguns aspectos de sua obra*. Rio de Janeiro: Divisão de Geologia e Mineralogia, 1951.
- MENDES, André Oliva Teixeira. Os *documentos interessantes* e o Arquivo do Estado: a construção de uma identidade. *Histórica: Revista Eletrônica do Arquivo Público do Estado de São Paulo*, 43, ago.2010. RIHGSP, vol. 1, 1895.
- SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e a questão racial no Brasil (1870-1930)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
- TAUNAY, Afonso de E. Derby e a História do Brasil. In: *Orville A. Derby 1851-1951: alguns aspectos de sua obra*. Rio de Janeiro: Divisão de Geologia e Mineralogia, 1951.